

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 517.661 - SC (2019/0182705-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JONAS NAUMANN
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JONAS NAUMANN contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação n. 0011057-26.2015.8.24.0008).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, pela prática do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, sendo-lhe aplicadas as penas de 6 meses de detenção, em regime inicial aberto, e multa, além da suspensão/proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor, com substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos (e-STJ fls. 96/101).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido, com determinação para a execução provisória das penas quando exaurida a possibilidade de interposição de recursos naquela instância (e-STJ fls. 161/166). Segue a ementa do acórdão:

APELAÇÃO CRIMINAL – EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (ART. 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) – SENTENÇA CONDENATÓRIA – RECURSO DA DEFESA.

APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA NO LUGAR DA PENA SUBSTITUTIVA DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA ATIVIDADE DISCRICIONÁRIA DO MAGISTRADO INEXISTÊNCIA DE PREFERÊNCIA POR PENA MAIS BENÉFICA, SENÃO A MAIS ADEQUADA AO CASO CONCRETO SUBSTITUIÇÃO CORRETAMENTE FIXADA.

I – A eleição dentre as penas substitutivas da privação de

Superior Tribunal de Justiça

liberdade compreende atividade discricionária do magistrado, não havendo se falar em preferência de fixação de pena mais benéfica ao agente, devendo-se observar sobretudo o atendimento ao caráter retributivo e preventivo do crime, que notadamente necessita de punição um tanto quanto mais enérgica e proporcional à ação, especialmente em uma sociedade onde o uso abusivo do álcool e a direção de veículo sob sua influência é responsável por proporcionar mortes trágicas nas ruas, incapaz de ser remediada, como se requer, com uma mera multa.

II – De acordo com o Enunciado da Súmula n. 171 do STJ, quando cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da sanção corporal por multa.

RECURSO DESPROVIDO.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/14), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que substituiu a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em lugar de multa. Afirma que tal solução é mais gravosa para o paciente, o que exige fundamentação específica, inexistente na hipótese dos autos. Nesse contexto, entende que o paciente faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por multa.

Além disso, aponta ser ilegal a determinação no sentido de autorizar a execução da pena antes do trânsito em julgado da condenação. Acerca do tema, destaca ser incabível a execução provisória de penas restritivas de direitos, conforme o entendimento desta Corte Superior.

Ao final, formula pedido liminar para que a ordem de execução provisória da pena restritiva de direitos seja suspensa e, no mérito, pede a substituição da pena privativa de liberdade por multa, ao invés de restritiva de direitos.

O pedido liminar foi deferido para obstar a execução provisória da pena restritiva de direitos imposta ao paciente antes do trânsito em julgado da condenação (e-STJ fls. 173/177).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, por meio do parecer exarado à e-STJ fls. 217/226, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório, **decido**.

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Busca-se, em síntese, o reconhecimento de constrangimento ilegal na substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, em vez de exclusivamente por multa, e na execução provisória da pena substituída.

No caso, o paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, cujo preceito secundário prevê a aplicação de pena privativa de liberdade cumulada com multa.

Em consequência, inexistente constrangimento ilegal a ser reparado, uma vez que a solução adotada na origem encontra-se em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, firme no sentido de não ser socialmente recomendável a substituição da pena privativa de liberdade por multa, em lugar de restritiva de direitos, na hipótese de o preceito secundário do tipo penal cominar pena de multa cumulada com a pena corporal. Essa é a inteligência da Súmula n. 171/STJ, *in verbis*: *Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa*.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CRIME DO ART. 16, CAPUT, DA LEI N. 10.826/2003. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MULTA. CUMULAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 171/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM

Superior Tribunal de Justiça

JULGADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - O paciente foi condenado pelo crime descrito no artigo 16, caput, da Lei n. 10.826/2003, que prevê, em seu preceito secundário, a cominação de pena de reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos de reclusão, e multa. III - O pedido de substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva e multa, e não por duas restritivas de direitos, conforme decidido no v. acórdão, esbarra na orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, sedimentada na Súmula n. 171/STJ, segundo a qual, "Cominadas cumulativamente, em Lei Especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa".

[...]

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para suspender a execução das penas restritivas de direitos, até o trânsito em julgado da condenação. (HC 468.066/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 23/10/2018).

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DA PENA CORPORAL EM UMA PENA SUBSTITUTIVA E MULTA. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DEDUZIDA EM DESACORDO COM A SÚMULA 171 DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. Em se tratando de delito previsto em lei especial, constando do preceito secundário do tipo a cominação cumulativa de pena privativa de liberdade com pena pecuniária, inviável a substituição da pena corporal por multa. Inteligência da Súmula 171 do STJ.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1.750.730/RS, Sexta Turma, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 28/8/2018).

No que toca ao pedido para que seja obstada a execução provisória da pena restritiva de direitos, constata-se que a condenação do paciente transitou em julgado em 21/8/2019, conforme é possível extrair do sítio eletrônico do

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, razão pela qual fica prejudicado o respectivo pleito.

Assim, parte das pretensões formuladas pela impetrante encontra-se prejudicada e outra encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do presente *habeas corpus*, encontrando-se prejudicada a liminar anteriormente deferida.

Intimem-se.

Brasília/DF, 20 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator